PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001.
CEP. 68.030.290 - SANTARÉM-PARÁ
CNPJ nº 10.219.202/0001-82

VEREADOR DR. CARLOS MARTINS

GABINETE DO VEREADOR CARLOS MARTINS

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Aprovado em Única Discussão
Por: Unanimidade
Plenário 03/08/2021
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Josefa Gonçalves
Secretário

REQUERIMENTO Nº. 1376 /2021.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Vereadores,

REQUER DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FISCAL (PROREFIS) NO ESTADO DO PARÁ.

O Vereador deste Poder, fazendo uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, vem com a devida deferência, requerer, após os trâmites legais e com a aprovação, do Soberano Plenário, junto ao **Poder Executivo Estadual a instituição do Programa de Regularização Fiscal (PROREFIS) no Estado do Pará.**

JUSTIFICATIVA

O Programa de Regularização Fiscal é uma oportunidade que o governo estadual concede às empresas para que elas recuperem a adimplência perante o fisco e possam manter a competitividade no mercado, garantindo a geração de emprego e renda.

O PROREFIS permite quitar débitos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, (ICMS).

As empresas sediadas no Estado do Pará, estão sofrendo fortes impactos econômicos pela crise sanitária, o que tem inviabilizado a regularização fiscal junto a Secretaria da Fazenda - SEFA, por terem passado grande parte do ano passado de portas fechadas devido ao Lockdown. Muitos empresários estão enfrentando grandes dificuldades para manter o equilíbrio e buscam preservar as suas atividades, que representam o emprego e a renda.

Os segmentos de comércio, serviços e turismo, têm sido severamente impactados por essa crise e pelas medidas restritivas impostas ao funcionamento.

A redução no fluxo de caixa e o nível de endividamento das empresas para arcar com os pagamentos de tributos, salários, fornecedores e etc, tem levado ao encerramento das atividades no Pará, de empresas de todos os portes, inclusive com muitas que já atuam no mercado há décadas.

Assim, pedimos ao Poder Executivo Estadual que viabilize o encaminhamento desta solicitação, no sentido de garantir a instituição do Programa de Regularização Fiscal no Estado do Pará.

Por fim, solicito que, após aprovação deste requerimento, seja encaminhado cópia para o conhecimento a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará (FACIAPA) e Sindilojas.

Sala das Sessões, Plenário "Vereador Benedito Magalhães", em ___ de agosto de 2021.

CARLOS MARTINS
Vereador – PT